

CONCEIÇÃO PEQUITO TEIXEIRA

Partidos Políticos

Conceitos, modelos e debates atuais



EDIÇÕES SÍLABO

*Dedico este Manual a todos os meus alunos,
cujo interesse e curiosidade são sempre
uma inspiração.*

Partidos Políticos

**Conceitos, Modelos
e Debates Atuais**

Conceição Pequito Teixeira

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Silabo na rede
www.silabo.pt

FICHA TÉCNICA:

Título: Partidos Políticos – Conceitos, Modelos e Debates Atuais

Autora: Conceição Pequito Teixeira

© Edições Silabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1.^a Edição – Lisboa, fevereiro de 2026.

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 559694/26

ISBN: 978-989-561-456-1



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Prefácio	11
Introdução	15
Capítulo 1	
<hr/>	
Os partidos nas democracias atuais	23
1.1. Partidos e democracia	23
1.2. Definição de partidos políticos	25
1.3. Partidos e atores políticos afins	29
1.4. Funções dos partidos em democracia	31
1.5. Estudo dos partidos: diferentes abordagens	37
Capítulo 2	
<hr/>	
Do parlamentarismo à democracia de partidos	
– Partidos de notáveis e partidos de massas	43
2.1. Partidos de notáveis	45
2.2. Partidos de quadros	47
2.3. Partidos de representação individual	48
2.4. Partidos de massas	48

2.5. Os estudos clássicos sobre os partidos políticos: pilares ou inimigos da democracia?	53
2.5.1. A máquina partidária e a subversão da democracia	53
2.5.2. A burocratização dos partidos	55
2.5.3. A Lei de Ferro da Oligarquia	58

Capítulo 3

Democracia de audiência – O triunfo do <i>Catch-all People's Party</i>	61
3.1. Características dos partidos de tipo <i>catch-all</i>	64
3.2. O partido profissional eleitoral	69
3.3. <i>Catch-all party</i> , competição eleitoral e identidades políticas	73

Capítulo 4

O declínio dos partidos políticos – Realidade ou mistificação?	83
4.1. O declínio dos partidos políticos	83
4.2. Adaptação e resiliência institucional	90

Capítulo 5

Para além do <i>Catch-allism</i> – Emergência do partido-cartel	93
5.1. Partido-cartel no singular	93
5.2. Partido-cartel no plural	107
5.3. Críticas à tese do partido-cartel	117

Capítulo 6

Revolução silenciosa – Novas clivagens e novos partidos	127
6.1. Descongelamento das clivagens sociais tradicionais	135
6.2. Partidos verdes: os novos representantes da revolução silenciosa	140
6.3. Os partidos de direita radical e a contrarrevolução silenciosa	149

Capítulo 7

<i>Partidos-movimento</i> e os limites da política institucional	157
7.1. Os <i>partidos-movimento</i> : agentes de mudança social e política	158
7.2. Os <i>partidos-movimento</i> : para lá dos constrangimentos da política institucional	165

Capítulo 8

Os partidos antissistema – Entre o <i>statu quo</i> e a mudança	171
8.1. As análises de Schedler, Amir e Carr	171
8.2. A análise de Zulianello dos partidos antissistema	187

Capítulo 9

Do(s) populismo(s) aos partidos populistas	197
9.1. Populismo como ideologia	198
9.2. Populismo como estilo discursivo	215
9.3. Populismo como estratégia de mobilização política	231

Capítulo 10

Partidos populistas – Entre diversos conceitos e tipologias	235
10.1. Dimensão ideológica dos partidos populistas	237
10.1.1. Nacionalismo e soberania nacional	237
10.1.2. Defesa de valores tradicionais	238
10.1.3. Retórica anti-imigração	239
10.1.4. Conservadorismo social	239
10.1.5. Defesa das estruturas sociais estabelecidas	240
10.1.6. Crítica ao neoliberalismo e defesa do intervencionismo estatal	241
10.1.7. Promoção da participação política e democracia direta	242
10.2. Dimensão estratégica dos partidos populistas	246
10.2.1. Retórica antielitista	246
10.2.2. Uso das redes sociais e da tecnologia	246
10.2.3. Demonização do oponente	247
10.2.4. Promessas de renovação e mudança	247
10.3. Identidade e agenda política dos partidos populistas	248
10.3.1. Imigração e identidade nacional	248
10.3.2. Integração europeia e soberania nacional	249
10.3.3. Economia e distribuição da riqueza	251
10.4. Institucionalização dos partidos populistas	253
10.4.1. Populismo de entrada	253
10.4.2. Populismo de saída	256
10.4.3. Populismo transformador	257

10.5. <i>The PopuList</i>	258
10.5.1. Exemplos concretos	259
10.6. Partidos <i>anti-establishment</i> , <i>challengers</i> e <i>outsiders</i>	266

Capítulo 11

Ascensão dos partidos populistas – Lei da oferta e da procura	275
11.1. Explicações do lado da procura (<i>demand-side explanations</i>)	276
11.1.1. Modernização e globalização	276
11.1.2. Imigração e competição étnica	278
11.1.3. Identidade europeia <i>versus</i> identidades nacionais	279
11.1.4. Cartelização partidária e vazio representativo	281
11.2. Explicações do lado da oferta (<i>supply-side explanations</i>)	283
11.2.1. Comunicação direta, estilo performativo e narrativas simples	283
11.2.2. Estrutura organizacional flexível e adaptável	285
11.2.3. Uso estratégico das redes sociais	286
11.2.4. Presença mediática contínua	287
11.2.5. Instrumentalização das crises	288
11.2.6. Polarização de clivagens existentes	288
11.2.7. Deslegitimação das instituições tradicionais	290

Capítulo 12

Partidos populistas e partidos tradicionais

– Confrontação ou cooperação? 291

12.1. Confrontação direta 293

12.2. Isolamento institucional 299

12.3. Cooptação 300

12.3.1. Exemplos concretos 301

12.4. Cooperação mútua 303

Capítulo 13

Democracia e populismo – As duas faces de Jano? 305

13.1. Populismo como uma ameaça à democracia liberal 305

13.2. Populismo como uma forma de renovação democrática 312

13.3. Populismo como um corretivo à democracia liberal 315

Referências bibliográficas 319

Prefácio

No final do século XIX, James Bryce, observador atento da vida política em ambos os lados do Atlântico, formulou uma asserção que permanece notavelmente atual: os partidos políticos são necessários para a democracia representativa. Esta afirmação, aparentemente simples, encerra uma verdade fundamental sobre os sistemas políticos modernos. Sem partidos que organizem preferências, estruturem escolhas e canalizem a participação dos cidadãos, a democracia representativa tal como a conhecemos seria impraticável. Os partidos são, nas palavras de E. E. Schattschneider in *Party Government*, a criação mais bem-sucedida do sistema político moderno, transformando a vontade popular numa força governativa coerente.

Desde os tempos de Bryce, porém, o universo partidário sofreu transformações profundas. Os partidos políticos evoluíram em paralelo com a própria democracia, tornando-se progressivamente mais complexos e diversificados. Aquilo que começou como estruturas relativamente simples, muitas vezes associadas a clivagens sociais bem definidas – classe, religião, território – deu lugar a um ecossistema organizacional de extraordinária variedade. Partidos de massas coexistem com partidos *catch-all*, partidos-cartel competem com movimentos *anti-establishment* e organizações tradicionais enfrentam o desafio de novos atores que rejeitam as convenções estabelecidas.

Esta crescente complexidade trouxe consigo uma certa confusão analítica. Como classificar os partidos contemporâneos? Que critérios utilizar para compreender as suas estratégias, organização interna e relação com os eleitores? De que forma os contextos institucionais moldam o comportamento partidário? Estas questões multiplicaram-se à medida que a própria democracia se expandiu geograficamente e se aprofundou (e transfor-

mou) nas suas práticas, tornando o estudo dos partidos políticos simultaneamente mais urgente e mais desafiante.

É precisamente aqui que reside o grande mérito da obra de Conceição Pequito Teixeira. Num momento em que a literatura sobre partidos políticos se tornou vasta e, por vezes, fragmentada, este livro assume a tarefa essencial de organizar o conhecimento acumulado e fornecer as ferramentas conceituais necessárias para dar sentido ao aparente caos. Através de uma abordagem sistemática e rigorosa, a autora oferece-nos um mapa para navegar o território complexo dos estudos partidários, identificando os principais debates, esclarecendo as tipologias em uso e apresentando os quadros teóricos que permitem compreender tanto as continuidades como as ruturas na evolução dos partidos.

O que torna este contributo particularmente valioso é a sua capacidade de equilibrar síntese e profundidade. Por um lado, oferece uma visão panorâmica do campo, permitindo aos leitores situarem-se rapidamente nas discussões fundamentais. Por outro, não sacrifica a sofisticação analítica, explorando com detalhe as *nuances* que distinguem diferentes abordagens e perspetivas. Este equilíbrio é raro e precioso, tornando o livro igualmente útil para quem se inicia no estudo dos partidos e para quem procura aprofundar o seu conhecimento especializado.

Mas o valor desta obra estende-se para além da clarificação conceitual. Os desafios enfrentados pelos partidos políticos não pararam de aparecer. Se a segunda metade do século XX viu emergir questões relacionadas com o declínio das identidades partidárias tradicionais, a ascensão de novos temas pós-materialistas e a transformação dos padrões de militância, o século XXI trouxe dilemas de natureza diferente e talvez ainda mais disruptiva.

A digitalização da política representa, sem dúvida, um dos desafios mais significativos da atualidade. As redes sociais alteraram radicalmente a forma como os partidos comunicam com os cidadãos, como constroem as suas mensagens e como mobilizam apoio. A intermediação tradicional exercida pelos partidos vê-se contornada por formas de comunicação direta entre líderes e seguidores, ao mesmo tempo que novos atores – desde plataformas tecnológicas à inteligência artificial – ganham poder sobre o discurso político. A capacidade dos partidos para controlar narrativas,

filtrar informação e agregar preferências encontra-se sob pressão sem precedentes.

Paralelamente à revolução digital, o papel dos partidos na democracia enfrenta um questionamento sem precedentes. Se nas últimas décadas o debate se centrou em como os partidos poderiam aprimorar a qualidade democrática, hoje são frequentemente apontados como corresponsáveis pela erosão dos próprios regimes democráticos. A crise manifesta-se em duas dimensões críticas. Por um lado, agudiza-se o problema da legitimidade: os partidos inspiram níveis de confiança cada vez mais baixos entre os eleitores e revelam-se incapazes de estimular uma participação política genuína e integradora. Por outro, muitos partidos no poder demonstram insuficiências no seu desempenho governativo, falhando em produzir políticas públicas que respondam eficazmente aos problemas e expectativas dos cidadãos. Mais preocupante ainda, os partidos parecem agora contribuir ativamente para a erosão da democracia, alimentando dinâmicas de polarização extrema, enfraquecendo o pilar liberal que sustenta o equilíbrio democrático e aprofundando a fragmentação social que corrói os laços de solidariedade necessários à coesão das comunidades políticas.

A ascensão de populismos, a disseminação da desinformação, a promoção do medo e da retórica de inimigo como instrumento de mobilização colocam pressões adicionais sobre sistemas partidários já fragilizados. Neste contexto, compreender profundamente como funcionam os partidos, que papel desempenham e como podem ser reformados torna-se não apenas academicamente interessante, mas politicamente crucial.

Esta não é uma questão meramente académica. A democracia encontra-se hoje ameaçada por fatores tanto internos como externos, e o papel dos partidos neste cenário é objeto de intenso escrutínio. Como podem os partidos políticos reconquistar a confiança dos cidadãos? De que forma conseguem mostrar que representam realmente as pessoas, e não apenas os seus líderes ou interesses internos? Como evitar que as novas tecnologias reforcem divisões e alimentem a polarização? E que impacto tem a crescente personalização da política no papel que os partidos desempenham na democracia? As respostas a estas perguntas nem sempre têm sido tranquilizadoras, alimentando o ceticismo e, em alguns casos, a hostilidade aberta em relação aos partidos tradicionais.

É face a este contexto que a presente obra assume particular relevância. Ao equipar-nos com as ferramentas conceituais e o conhecimento empírico necessários para compreender os partidos nas suas múltiplas dimensões, este livro deixa-nos mais bem preparados para examinar os desafios futuros. Permite-nos fazer as perguntas certas, identificar os problemas reais e distinguir transformações genuínas de continuidades disfarçadas. Capacita-nos, em suma, para participar de forma informada no debate sobre o futuro dos partidos e, por extensão, da própria democracia.

Os partidos políticos permanecem, apesar de todas as suas imperfeições, instituições insubstituíveis para o funcionamento da democracia representativa. Este livro ajuda-nos a compreender porquê e, talvez mais importante, ajuda-nos a pensar como podem ser aperfeiçoados para continuar a cumprir essa função essencial num mundo em rápida transformação.

Marco Lisi

Introdução

■ Partidos políticos e democracia representativa

Os partidos políticos, enquanto organizações dotadas de uma ideologia comum, que têm como principal objetivo a conquista, exercício e manutenção do poder político, por meio de eleições livres, justas e concorrenciais, são consubstanciais à democracia. Daí a formulação clássica segundo a qual «sem partidos não pode haver democracia». De facto, os partidos desempenham funções essenciais ao funcionamento das democracias modernas que nenhuma outra organização consegue substituir integralmente, estabelecendo-se como mediadores fundamentais entre o Estado e a sociedade civil. Por um lado, asseguram funções institucionais, tais como o recrutamento dos membros que integram os parlamentos e os governos, a estruturação da competição eleitoral e a organização do trabalho legislativo; por outro lado, são responsáveis por funções societais, tais como a articulação e agregação de interesses, a socialização e mobilização políticas, a formação da opinião pública e a integração de grupos sociais diversos no sistema político.

■ Funções dos partidos políticos

No plano institucional, os partidos desempenham um papel insubstituível ao operacionalizar o processo de representação política que constitui o fundamento das democracias tal como as conhecemos. Os partidos são os principais responsáveis pela seleção e recrutamento de candidatos a cargos públicos, oferecendo aos eleitores opções minimamente estruturadas e coerentes entre as quais escolher. Esta função de estruturação da competição eleitoral é

particularmente crítica, pois transforma escolhas potencialmente atomizadas entre milhares de candidatos individuais em decisões mais simplificadas entre programas e propostas relativamente coerentes, permitindo aos eleitores utilizarem os rótulos partidários como referências cognitivas para orientarem as suas escolhas.

Após as eleições, os partidos continuam a exercer funções institucionais essenciais através da organização do trabalho legislativo, contribuindo para a formação e manutenção de maiorias governativas estáveis, estruturando o debate parlamentar e estabelecendo a conexão entre promessas eleitorais e produção legislativa concreta. Em sistemas semipresidenciais como o português, os partidos são ainda os responsáveis diretos pela formação, suporte e eventual destituição dos governos, função crucial para a estabilidade e eficácia governativa. Em muitas democracias contemporâneas, os partidos tornaram-se também interlocutores privilegiados entre diferentes níveis de governação – local, regional, nacional e supranacional – facilitando a coordenação vertical de políticas públicas e representando interesses territoriais específicos.

No plano societal, os partidos desempenham igualmente funções fundamentais para o funcionamento das democracias. A articulação e agregação de interesses constitui talvez sua função societal mais emblemática, traduzindo demandas sociais dispersas em propostas políticas relativamente coerentes e exequíveis. Diferentemente dos grupos de interesses ou movimentos sociais que tipicamente defendem causas específicas, os partidos realizam o complexo trabalho de agregar e conciliar múltiplas reivindicações, frequentemente conflituantes, em plataformas programáticas abrangentes.

A socialização e mobilização políticas constituem outras funções societais relevantes desempenhadas pelos partidos. Historicamente, os partidos têm funcionado como importantes escolas de civismo, oferecendo aos cidadãos oportunidades estruturadas para desenvolvimento de competências políticas, familiarização com procedimentos democráticos e construção de identidades coletivas. Particularmente significativa tem sido a sua capacidade para mobilizar

segmentos específicos da população – desde classes sociais e categorias profissionais até minorias étnicas, linguísticas e outras – integrando-os no sistema político e garantindo representação a vozes que de outra forma permaneceriam marginalizadas. A integração política de diferentes grupos sociais constitui outra função essencial desempenhada pelos partidos nas democracias modernas. Ao incorporarem nas suas estruturas e programas reivindicações de grupos diversos – desde interesses económicos e profissionais até identidades culturais e étnicas – os partidos contribuem para a pacificação de conflitos sociais potencialmente desestabilizadores, canalizando-os para arenas institucionais onde podem ser resolvidos através de procedimentos democráticos legitimados.

■ Crise e transformação dos partidos

Paradoxalmente, apesar destas funções essenciais, as democracias contemporâneas têm testemunhado uma crescente desconfiança e distanciamento face aos partidos políticos, frequentemente percebidos como estruturas excessivamente burocratizadas, oligárquicas ou desconetadas das preocupações quotidianas dos cidadãos. Este aparente declínio da centralidade partidária – manifestado em fenómenos como redução da identificação, filiação e militância partidárias, crescente volatilidade eleitoral e emergência de movimentos antipartido – tem motivado um intenso debate sobre a transformação do papel dos partidos nas democracias do século XXI.

■ Partidos antissistema e populismo

Este contexto de crescente desconfiança e criticismo em relação aos partidos e de erosão das identidades partidárias tradicionais tem proporcionado terreno fértil para a emergência e consolidação de partidos antissistema e movimentos populistas que transformam precisamente a crítica aos partidos estabelecidos num elemento central do seu discurso político. Estes atores políticos têm explorado habilmente o sentimento de desconexão entre cidadãos comuns e elites partidárias, apresentando-se como alternativas autênticas e

não-contaminadas pelos vícios atribuídos aos partidos tradicionais. A sua retórica contrapõe frequentemente um «povo virtuoso» a uma «elite corrupta», deslegitimando não apenas partidos específicos, mas o próprio sistema de mediação partidária que caracteriza as democracias representativas modernas.

A ascensão destes novos atores políticos tem sido facilitada por transformações estruturais profundas nas sociedades contemporâneas. A globalização económica e a integração europeia têm erodido a capacidade decisória dos governos nacionais precisamente quando os cidadãos enfrentam uma crescente insegurança económica e identitária. As transformações no panorama mediático, muito em particular a fragmentação do espaço informativo e a crescente relevância das redes sociais, têm minado o papel tradicional dos partidos como principais mediadores informativos, facilitando simultaneamente a emergência de novos atores políticos capazes de comunicar diretamente com potenciais apoiantes, contornando filtros mediáticos tradicionais.

Por outro lado, as mudanças nos próprios partidos tradicionais têm contribuído para a erosão da sua legitimidade. A profissionalização crescente das estruturas partidárias, a burocratização dos processos decisórios, o distanciamento das bases sociais tradicionais e a perceção de convergência programática entre partidos *mainstream* têm alimentado sentimentos de alienação entre os eleitores que não reconhecem nas ofertas partidárias tradicionais respostas adequadas às suas preocupações mais prementes. A cartelização dos sistemas partidários, caracterizada pela cooperação implícita entre partidos estabelecidos para proteger posições privilegiadas e limitar competição efetiva, tem agudizado as perceções de que os partidos servem primeiramente os seus próprios interesses corporativos.

■ Objetivos e estrutura do Manual

Este Manual procura analisar de forma aprofundada a transformação dos partidos políticos que acompanharam as diferentes metamorfoses da democracia representativa desde o início do século



Conceição Pequito Teixeira é professora no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, onde leciona na licenciatura, mestrado e doutoramento em Ciência Política as disciplinas de Partidos e Sistemas de Partidos, Elites Sociais e Políticas, Recrutamento e Elites Políticas e Política Comparada. É também investigadora integrada no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), do ISCSP, tendo publicado vários livros e artigos em revistas nacionais e internacionais.

Os partidos políticos são instituições centrais das democracias representativas, desempenhando funções essenciais na competição eleitoral, na representação política e na mediação entre o Estado e a sociedade. Apesar desta centralidade, o seu papel tem sido crescentemente questionado, num contexto marcado por transformações sociais, políticas e institucionais profundas.

A autora, neste livro, analisa a evolução dos partidos políticos nas democracias europeias, desde o parlamentarismo liberal até aos debates sobre o declínio dos partidos tradicionais, os partidos antissistema e o populismo. São expostos e articulados os principais conceitos e modelos teóricos clássicos e recentes da Ciência Política, permitindo compreender as tipologias partidárias fundamentais e as dinâmicas que moldam os sistemas partidários.

Com uma estrutura clara, o Manual aborda, também, as funções dos partidos em democracia, a emergência do partido-cartel, as novas clivagens sociais e as múltiplas interpretações do fenómeno populista, recorrendo a exemplos do contexto europeu.

Dirigida a estudantes de Ciência Política e áreas afins, esta obra é ainda um instrumento de referência para analistas, jornalistas, comentadores e todos os leitores interessados numa compreensão rigorosa e informada dos partidos políticos e dos desafios colocados às democracias contemporâneas.

